

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO,
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO
DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS**

**Contrarrazões em Recurso Administrativo em,
Processo Administrativo Licitatório: nº 2024031920**

Modalidade: Concorrência Pública 020/2024

Tipo: Eletrônica

Regime de Execução: Empreitada Por Preço Global

Objeto: Contratação de serviços para construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde, no município de Catalão, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Recorrente: Coliseu Construtora LTDA (CNPJ nº 29.620.941/0001-00)

Recorrida: ALS Construtora LTDA – ME. (CNPJ nº 29.102.287/000142)

ALS CONSTRUTORA LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 29.102.287/000142, sediada à Rua Ranulfo Evangelista da Rocha, nº 759, Centro, Município de Cumari, Estado de Goiás, por intermédio de seu sócio administrador o senhor **André Luiz da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI/RG nº.: 4.102.165, emitida por DGPC/GO e inscrito no do CPF sob o nº.: 872.768.871-20, vem, respeitosamente, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, com endereço profissional na Rua Frederico Campos, 140, Centro, Catalão, Estado de Goiás, (mandato em anexo), nos termos do art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e Item 11.1 do Edital, **APRESENTAR**

CONTRARRAZÕES EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do Recurso Administrativo interposto pela empresa **Coliseu Construtora LTDA (CNPJ nº 29.620.941/0001-00)** no Processo registrado acima em epígrafe.

Nesse sentido, nos limites da Lei, requer a remessa desses Contra-argumentos à Instância Superior da estrutura do Poder Executivo desta Municipalidade.

Nesses Termos, pede deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 04 de Dezembro de 2024.

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão

OAB-GO n° 12.891

Cesario de Aguiar Silva Oliveira

OAB-GO n° 55.178

Lucas Sambrana dos Santos

OAB-GO n° 57.817

EXCELENTÍSSIMO SENHORA GIZELDA VASCONCELOS VIEIRA DE ALCÂNTARA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.

**Contrarrazões em Recurso Administrativo em,
Processo Administrativo Licitatório: nº 2024031920**

Modalidade: Concorrência Pública 020/2024

Tipo: Eletrônica

Regime de Execução: Empreitada Por Preço Global

Objeto: Contratação de serviços para construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde, no município de Catalão, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Recorrente: Coliseu Construtora LTDA (CNPJ nº 29.620.941/0001-00)

Recorrida: ALS Construtora LTDA – ME. (CNPJ nº 29.102.287/000142)

DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

I- BREVE SINOPSE FÁTICA

Inicialmente, Excelência, é importante ressaltar que, no dia 21 de novembro do presente ano, foi realizada, via Plataforma Digital *Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL*, Sessão Pública do processo licitatório, objeto desta Pretensão Recursal.

Participaram do processo licitatório 05 (cinco) empresas/licitantes. Na referida sessão, foram anexados os documentos de habilitação e propostas, na qual a Recorrida/Contrarrazoante restou habilitada.

Após a fase de habilitação, foi realizada a fase de lances das propostas, a Recorrida/Contrarrazoante sagrou-se vencedora.

Destaca-se que a Recorrente não realizou qualquer lance durante toda a fase de disputa, desse modo, exoticamente quedou-se inerte.

Encerrada a fase de lances a Recorrida foi convocada para apresentar a proposta reelaborada.

Ato continuo a Recorrida foi declarada vencedora do certame. Insatisfeita com a habilitação da Primeira colocada, a Recorrente interpôs Recurso Administrativo.

Nesse sentido, considerando os argumentos guerreados no Recurso, os Princípios Basilares que regem o processo licitatório, bem como a realidade dos fatos, fazem-se necessária a interposição das presente Contrarrazões Recursais.

II- DO MÉRITO RECURSAL

Excelência, o Recurso interposto pode ser subdivido em dois tópicos, quais sejam:

1º. Da Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência;

2º. Da Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional.

Em razão da pluralidade de tópicos, por questões didático-metodológicas, pede-se vênica para impugnar os tópicos em apartado.

2.1- DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA

Em seu recurso, de maneira falaciosa, com o claro intuito de induzir este douto juízo a erro, a Recorrente alega que a Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência apresentada pela Recorrida foi expedida em 26/08/2024. Por tanto, em desacordo com o item “9.7.1” do Edital.

Ocorre que, de fato, a Recorrida/Contrarrazoante apresentou a Certidão datada em 26/08/2024, na pasta da qualificação econômico-financeira, todavia, de maneira maliciosa, **a Recorrente omite o fato de a Recorrida também ter juntado uma certidão expedida em 14/10/2024**, na pasta da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista. Vejamos:


CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, **pesquisando as ações de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, ME e EPP; Recuperação Extrajudicial; e Recuperação Judicial em andamento**, verifica-se **NADA CONSTAR** contra:

Identificação:
Requerente : ALS CONSTRUTORA LTDA
CNPJ : 29.102.287/0001-42
Domicílio :

Esta certidão não abrange a pesquisa de ações cíveis diversas das mencionadas acima.

NADA MAIS. É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás, em 14 de outubro de 2024.


Assinatura de(o) Escrivã(o) Responsável
Goiandira - Distribuidor

Assim sendo, em razão da juntada da certidão datada de 14/10/2024, é necessário que façamos um pequeno exercício hermenêutico sobre o item “9.7.1” do Edital, sob a luz do arcabouço legal que rege as Contratações Públicas. Vejamos o que nos diz o item “9.7.1” do Instrumento Convocatório:

[...]

9.7.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso a certidão não contiver a indicação de data de validade,

deverá ser expedida até 30 (trinta) dias antes da data de abertura da licitação.

9.7.1.1. Caso a certidão, exigida no subitem anterior, não contiver a indicação de data de validade, deverá ser expedida até 30 (trinta) dias antes da data de abertura da licitação.

[...]

Excelência, a Certidão juntada foi expedida em 14/10/2024 e sessão foi realizada em 21/11/2024. Considerando que, segundo o Edital, ela possui uma validade de apenas 30 (trinta) dias, ela venceu em 13/11/2024. Ou seja, a **Certidão juntada estaria vencida a 08 (oito) dias**.

É mister salientar que, no bojo da Certidão não há data de validade, pois se trata de certidão meramente declaratória. Ademais, sabe-se que os processos judiciais são morosos, e, que 30 (trinta) dias corridos são insuficientes para se declarar a falência ou recuperação judicial de uma empresa, considerando o período entre a distribuição da inicial e o despacho que decreta o estado falimentar e/ou congênere.

Nesse sentido, faz-se importante frisar que, na atual lei geral de licitação (14.133/2021), bem como na anterior (8.666/93), **não há previsão de validade de certidões**. Assim sendo, **a Lei**, por questões óbvias, **deixa a fixação da validade a cargo dos respectivos Órgãos competentes para a expedição**.

Além do mais, é importante mencionar que a **Recorrida/Contrarrazoante solicitou uma nova certidão**, via site do Tribunal de Justiça de Goiás, **em 04/11/2024**, conforme pode ser constatado na guia de solicitação e comprovante de pagamento (em anexo):



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Beneficiário		CPF/CNPJ	
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás		02.292.266/0001-80	
Endereço do Beneficiário	UF	CEP	
AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND, 195, SETOR OESTE	GO	75860-000	
Pagador		CPF/CNPJ	
ALS CONSTRUTORA		29.102.287/0001-42	
Endereço do Pagador	UF	CEP	
R RANULFO EVANGELISTA DA ROCHA, CENTRO	GO	75760-000	
Sacador Beneficiário Final		CPF/CNPJ	
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás		02.292.266/0001-80	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário)			
NÃO RECEBER APÓS 1 DIAS DE ATRASO			
Consulte os itens da cobrança em https://projudi.tjgo.jus.br/ Gerar Boleto e informe a guia numero 7008393-2/50			
NÃO RECEBER EM CHEQUE			
Data Documento	Dt. de Processamento	Num. Documento	Aceite
04/11/2024	04/11/2024	109/01348255-7	S
Ag./Cod. Beneficiário	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento
4422/19052-2	109/01348255-7	R\$ 69,95	27/11/2024
SAC ITAÚ: 0800 726 728 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 724 4873			
Ouvidoria: 0800 5700011			
www.itaubr.com.br			
Autenticação Mecânica - Recibo do Pagador			
		341-7 34191.09016 34825.574428 21905.220006 3 99130000006995	
Local de Pagamento		Vencimento	
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO		27/11/2024	



Confirmação de Operação

Pagar

Data da operação: 05/11/2024 - 09h30

Nº de controle: 130.805.823.692.688.263

Conta: Agência: 1395 | Conta: 0034882-1

Empresa: ALS CONSTUTORA LTDA - ME

Dados de quem
recebeu

Nome: GABINETE DO PRESIDENTE

CPF/CNPJ: 02.292.266/0001-80

Instituição: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Chave: 6ce32285-152b-4243-9aa7-05e9bb097391

Agência: 4422

Conta: 0019052-2

Dados do Pagamento

Valor: R\$ 69,95

Porém, o Tribunal de Justiça **apenas expediu a referida certidão em 27/11/2024**. Vejamos a nova Certidão (que também segue anexada):

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, **pesquisando as ações de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, ME e EPP; Recuperação Extrajudicial; e Recuperação Judicial em andamento**, verifica-se **NADA CONSTAR** contra:

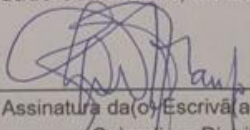
Identificação:

Requerente	: ALS CONSTRUTORA
CNPJ	: 29.102.287/0001-42
Domicílio	:

Esta certidão não abrange a pesquisa de ações cíveis diversas das mencionadas acima.

NADA MAIS. É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás, em 27 de novembro de 2024.


Assinatura da(o) Escrivã(o) Responsável
Goiandira - Distribuidor

Ou seja, o Tribunal de Justiça demorou um prazo de 23 (vinte e três) dias para expedir uma nova certidão.

Nesse contexto, urge ressaltar que, infelizmente, a Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência não é mais de expedição gratuita e automática, dependendo de compensação bancária e trâmite interno do Tribunal. Por isso, considerar que a mesma possui validade de apenas 30 (trinta) dias é contraproducente.

Assim, com a juntada da nova certidão, que também está negativa, é importante ressaltar que a Licitante/Recorrida permanece legitimada pelo manto da condição **Negativa** em relação ao estado falimentar e congênere, estando assim, em concordância com os termos do edital.

Excelência, observe que a certidão estava “vencida” há apenas 08 (oito) dias. Tal espaço de tempo não pode ser utilizado como justificativa suficiente para desqualificar/inabilitar a empresa que apresentou a melhor proposta.

Deve-se analisar o caso concreto sob a ótica da **Relativização do Princípio da Legalidade**. Tal conceito consiste na relativização de normas Princípios e Funções em detrimento do que está literalmente escrito na lei.

Como no caso concreto, há um aparente conflito de Princípios. Se a Administração aceitar a proposta da Recorrida estará ferindo o Princípio da Legalidade, pois não estará observando o Instrumento Convocatório. Em outra senda, ao declarar a Recorrida como inabilitada e declarar como vencedora a segunda colocada, a Administração **não estará** contratando a proposta mais vantajosa, contrariando assim o Princípio da Economia e da Função da Licitação, considerando que **a diferença das propostas é de aproximadamente R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais)**.

Nesse caso, em detrimento de outros Princípios e Funções Determinantes, a Jurisprudência tem entendido que o Princípio da Legalidade deve ser relativizado, predominando os demais Princípios e Funções.

Isso significa que, no caso concreto, como se trata de vício meramente formal, uma certidão “vencida” a meros 08 (oito) dias, cabe a Administração relativizar o Princípio da Legalidade realizando diligências, no intuito de aceitar a proposta mais vantajosa.

Tal movimento já era observado na esfera processual, representado pelos Princípios da Instrumentalidade das Formas e da Primazia das Decisões de Mérito.

Ademais, **tal vício poderia ser facilmente sanado por meio de diligência**, tanto à empresa quanto ao próprio Tribunal de Justiça. Nesse sentido, **um simples “erro” formal, irrisório frente a complexidade do processo licitatório em questão, não pode ser determinante para a desclassificação/inabilitação da empresa com a melhor proposta.**

Sobre a legalidade da realização de diligências para complementar/verificar informações presentes nos autos, tem-se o inciso III, do art. 12 da Lei 14.133/21. Vejamos:

[...]

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

[...]

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

[...]

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para:**

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, **não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação**, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

(Grifos nossos).

Nesta senda, segue o entendimento contemporâneo das Cortes de Contas:

[...]

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a **Administração não realizar a diligência** prevista no art. 43, § 3º, da Lei

8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.

[...] (Acórdão 1795/2015. Relator Ministro José Múcio Monteiro. DJe 22/07/2015.)

[...]

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,** mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua

proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro

[...] (Acórdão 1211/2021 Plenário TCU. Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. DJe 26/05/2021)

[...]

'13. Conforme deixei consignado no estágio anterior deste processo, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do [Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário](#), em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.

[...] (Acórdão 1217/2023 Plenário TCU. Relator Ministro Benjamin Zymler. DJe 14/06/2023. Grifos do original)

[...]

b.1) desclassificação da proposta mais vantajosa oferecida pela empresa Gelu Serviços de Divulgação de Marcas e Imagens Ltda. sem que tenha sido promovida diligência para sanar eventuais dúvidas, falhas ou omissões, em afronta aos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público que permeiam os processos licitatórios, assim como a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1.217/2023- TCU-Plenário; e
[...] (Despacho, evento 42. Processo nº 022.278/2024-9, TCU. Relator Ministro Augusto Sherman Cavalcanti. DJe 02/12/2024)

No TCM/GO, pode-se observar tal Poder/Dever de realização de diligências presente no inciso II do art. 13 da Resolução Administrativa nº 033/2023. Vejamos:

[...]

Art. 13. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do caput do art. 9º da Resolução Administrativa nº 31/23 (Resolução do Plano de Contratação Anual) deste Tribunal de Contas, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

[...] (Grifos nossos).

2.2- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL


Em seu recurso, também de maneira falaciosa, ainda com o claro intuito de induzir este douto juízo ao erro, a Recorrente alega que a Recorrida/Contrarrazoante não teria comprovado a sua capacidade técnica e operacional em relação aos sub item “8.5.3.2” do Projeto Básico.

Excelência, conforme restará demonstrado a seguir, as alegações arguidas no tópico impugnatório não merecem prosperar.

Vejamos o teor do item em questão: “8.5.3.2. *Item 14: Serviços de execução de climatização*”.

14			CLIMATIZAÇÃO					63.989,16	3,73 %
14.1	12184	ORSE	CAIXA DE PASSAGEM POLAR PARA AR CONDICIONADO SPLIT	Un	20,00	46,80	0,00	936,00	0,05 %
14.2	103288	SINAPI	RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA PARA TUBOS DE SPLIT PAREDE DE 9000 A 24000 BTUS/H. AF_11/2021	Un	20,00	14,34		286,80	0,02 %

Página 11

 PREFEITURA DE CATALÃO Cidade que sonha e faz.	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO								
	OBRA			Bancos			B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS	
	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PADRÃO TIPO II			GOINFRA - T258 - 06/2024			24,62%	ONERADO () DESONERADO (x)	
	ENDEREÇO			SINAPI - 10/2024 - GO SETOP MG - 07/2024 SEINFRA CE - 028.1 ORSE - 07/2024				Data	
RUA DAS VIOLETAS, ESQ. C/ RUA TEN. CEL. JOÃO C. NETO s/nº, BAIRRO PRIMAVERA, CATALÃO/GO							25/10/2024		

Orçamento Sintético									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Material	Valor Mão de Obra	Total	Peso (%)
14.3	97327	SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO COM CONDENSADORA INDIVIDUAL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	30,00	25,92		777,60	0,05 %
14.4	97328	SINAPI	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO COM CONDENSADORA INDIVIDUAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	30,00	42,66		1.279,80	0,07 %
14.5	104315	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 20MM, INSTALADO EM DRENO DE AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	m	60,00	14,57		874,20	0,05 %
14.6	89866	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	Un	20,00	6,69		133,80	0,01 %
14.7	C1477	SEINFRA - CE	INSTALAÇÃO DE EXAUSTOR ELÉTRICO TIPO DOMICILIAR	Un	1,00	257,06		257,06	0,01 %
14.8	160600	GOINFRA	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA	m2	1,20	42,43	51,45	112,66	0,01 %
14.9	103247	SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	Un	18,00	2.836,74		51.061,32	2,97 %
14.10	103250	SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 18000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	Un	2,00	4.134,96		8.269,92	0,48 %
15			COMUNICAÇÃO VISUAL					25.998,97	1,51 %

Excelência, todos os itens que compõe o serviço de climatização estão presentes na Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 1020240001002 que foi carreada aos autos, juntamente com a documentação de habilitação. Vejamos:

O item 14.1 – Caixa de Passagem polar para ar condicionado: presente no item 18.20 da CAT. Vejamos:

18.21	FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF 11/2021	m	68,00
18.22	CAIXA DE PASSAGEM PARA AR CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	12,00

Vistos:
 João Batista Davi Rios: _____ Elisnádía Marques Da Silva: _____

O item 14.2 – Rasgo e chumbamento em alvenaria para tubos de split parede de 9000 a 24000 BTUS/H.

Esse item, de fato, não consta no atestado. Todavia, no atestado consta serviço superior. Vejamos:

17.24	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA LEVE - DIAM. 25MM	m	1750,00
17.25	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL - MANGUEIRA CORRUGADA REFORÇADA - DIAM. 50MM	m	100,00

Item 14.3 – Tubo em cobre flexível, D/N 1/4.

18.20	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 1/4", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF 11/2021	m	68,00
	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM		

Item 14.4 – Tubo em cobre flexível, C/N 3/8.

18.21	TUBO EM COBRE FLEXÍVEL, DN 3/8", COM ISOLAMENTO, INSTALADO EM FORRO, PARA RAMAL DE ALIMENTAÇÃO DE AR CONDICIONADO, INCLUSO FIXADOR. AF 11/2021	m	68,00
-------	--	---	-------



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Item 14.5 – Tubo, PVC, soldável de 20 mm.

	QUENTE, DN 3/8", E= 10 MM		
18.25	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAMETRO 25 mm	m	43,80
18	DIVERSOS		

Item 14.6 – Joelho 90°, PVC.

14.12	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	85,00
14.13	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 mm (MARROM)	un	17,00

Item 14.7 – Instalação de Exaustor Elétrico tipo domiciliar.

15.21	CAP DIAMETRO 50 MM ESGOTO PRIMARIO	un	34,00
-------	------------------------------------	----	-------



Item 14.8 – Calha de Chapa Galvanizada.

6.6	COBERTURA COM FERRAMENTARIA RESISTENTE A OXIDACAO	m	200,00
6.7	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA	m	161,22
6.8	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA	m	211,83

Itens 14.9 e 14.10 – Ar condicionado de 12000 BTU e 18000 BTU.

Esses itens, de fato, também não constam no atestado. Todavia, no atestado consta serviço superior. Vejamos:

17.34	PADRAO TRIFASICO, 10 MM2 H=7 METROS	un	1,00
17.35	TRANSFORMADOR TRIFASICO 300 KVA, 13,8 KV - SECO	un	1,00

Vistos:
João Batista Davi Rios:  Ellsnádia Marques Da Silva: 

Nesse sentido, basta uma simples olhadela na CAT para verificar que todos os itens solicitados no Projeto Básico foram devidamente atendidos.

Ademais, é importante frisar que a presente licitação se trata da construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), **enquanto a CAT juntada se trata da reforma e da ampliação de um Hospital.** Vejamos:

Observações
Esta ART refere-se a execução da ampliação e reforma do Hospital Municipal de Cumari-GO, com área construída de 1.221,50 m². Compreendendo os serviços preliminares, fundação, estrutura de concreto armado, alvenaria de tijolo cerâmico, cobertura com telhas metálica, onduladas e americana, calha e rufo, impermeabilização, revestimentos de internos de parede, forro de gesso, esquadrias de alumínio, vidros, pavimentação em concreto, revestimento de piso em porcelanato, pintura interna de parede, pintura interna de teto, pintura externa texturizada, louças, metais e bancadas, instalações hidrossanitárias, instalações de incêndio/GLP, instalações elétricas, instalações para transporte de gases, muro de arrimo, revestimento de piso externo com pedra miracema e serviços finais diversos. Sendo localizada na Av. Valdivino Silva Leão esquina com a Rua Galdino José de Faria, nº 50, setor Central, Cumari-GO.

Por óbvio a ampliação de uma unidade hospitalar é mais complexa do que a construção de uma UBS.

Ademais, em caso de dúvidas por parte da Administração quanto a capacidade técnica e operacional da empresa, basta que a mesma realize uma diligência junto ao Município de Cumari (Ente no qual a obra do hospital foi realizada).

III- DOS TERMOS CONCLUSIVOS – DA VANTAJOSIDADE ECONÔMICA

Por fim, porém, não menos importante, a Recorrida/Contrarrazoante deve ter a sua habilitação mantida haja vista ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração.

Conforme narrado alhures, a diferença entre a propostas da Recorrida e da Recorrente, que é a segunda colocada, é de mais de **R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).**

Nesse sentido, repisa-se, à luz do Princípio da Vantajosidade Econômica, é imperativo a manutenção da habilitação da Recorrida.

IV- DOS PEDIDOS

Nesse contexto, em face dos argumentos apresentados, **REQUER**:

- i- O **RECEBIMENTO** e o **PROCESSAMENTO** da presente peça, termos da Legislação Pátria;
- ii- Que Vossa Excelência **mantenha**, nos exatos termos, a habilitação da Recorrida no certame em questão, desprovido, *in totum*, o Recurso aqui combatido;
- iii- Que as decisões relativas ao presente Recurso Administrativo **SEJAM DEVIDAMENTE PUBLICADAS**, pelos meios de comunicação ordinárias do Município de Catalão, Estado de Goiás, bem como enviadas no e-mail da licitante e de seus patronos (alsconstrutora79@gmail.com; lucassambrana@hotmail.com; aguiar.cesario@gmail.com), sob pena de nulidade;
- iv- A **JUNTADA DOS DOCUMENTOS** que a estas acompanham.

Nestes termos, pede deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 04 de Dezembro de 2024.

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão
OAB-GO n° 12.891

Cesario de Aguiar Silva Oliveira
OAB-GO n° 55.178

Lucas Sambrana dos Santos
OAB-GO n° 57.817